



# PARTE DA SOLUÇÃO

Pedro Vaz Patto

Os ataques terroristas de Paris, perpetrados em nome da religião islâmica, têm servido de pretexto para tentativas de reforço do laicismo, tendência particularmente influente em França. O laicismo não se confunde com a laicidade. Esta implica a separação e neutralidade do Estado em relação à religião, o laicismo traduz-se na hostilidade do Estado para com a religião, relegada para a esfera privada. Pretende-se afastar a presença da religião na esfera pública, com o pretexto de que as religiões são, por natureza, fatores de conflito. Nessa linha, uma controversa deliberação da associação dos presidentes de câmara franceses determinou, entre outras coisas, que os titulares de cargos políticos não poderiam, nessa qualidade, participar em cerimónias religiosas e revelar as suas convicções religiosas; as cantinas de escolas públicas não deveriam atender às regras alimentares islâmicas ou judaicas; e das decorações natalícias de locais públicos não deveriam fazer parte os presépios.

Muito contestada foi esta deliberação. O significado do Natal era assim esvaziado. As raízes culturais da França ignoradas. A mensagem cultural contida no símbolo do presépio, que sensibiliza até os não crentes (a dignidade da pessoa humana, em particular dos pobres, a família, a paz, a esperança, até o acolhimento dos refugiados), desprezada. Representantes da comunidade islâmica lembraram que também eles veneram a figura de Jesus como profeta. Sobre a questão mais geral da tentativa de confinar as religiões na esfera privada, alertaram os bispos franceses para os efeitos contraproducentes que daí podem advir: a radicalização e automarginalização de comunidades que não poderão ser acolhidas e integradas se não renunciarem ao que para elas é mais importante.

Em contraste com esta tentativa de relegar as religiões para

a esfera privada, para evitar a divisão e o conflito, há quem, pelo contrário, saliente que as religiões – quando vividas com autenticidade, e não instrumentalizadas em função de projetos de poder político e ideológico – são um fator de coesão social, justiça, paz e unidade. De uma ou de outra forma, estes valores encontram-se nas principais religiões. Pessoas de todas as latitudes encontram na religião o sentido da sua existência e a orientação para a sua conduta quotidiana. Daí que a coesão social só tenha a ganhar com a presença das religiões no espaço público, que nesse espaço devem testemunhar valores comuns que as animam.

Tive ocasião de, recentemente, assistir diretamente a alguns desses testemunhos.

A comunidade islâmica de Lisboa organizou um encontro de oração pelas vítimas dos ataques terroristas de Paris, para o qual convidou representantes de várias comunidades religiosas presentes entre nós. Pouco tempo depois, a *Cáritas* diocesana de Lisboa organizou também um encontro pela paz, com a presença de D. Manuel Clemente e de representantes de outras comunidades cristãs e de outras religiões, a que se associou a Câmara Municipal de Lisboa. Na mesma altura, uma delegação de parlamentares da Indonésia que visitou o nosso país quis encontrar, para além dos seus colegas parlamentares, uma representação da Igreja Católica. O que, sobretudo, afirmaram nesse encontro foi a importância social e política do diálogo inter-religioso, que no seu país (o que tem a mais populosa comunidade islâmica do mundo) está institucionalizado.

Em suma, como afirmou o representante da comunidade hebraica portuguesa no primeiro destes três encontros, na construção da paz as religiões não são parte do problema, são parte da solução. ●